

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Matão** "Hospital Carlos Fernando Malzoni" é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº: 52.314.861/0001-48, inscrito (a) no CREMESP sob nº 004328, com endereço na Cidade de Matão/SP, na Rua Sinharinha Frota, nº 556, com estatuto arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Matão/SP, em 14/11/1997. Fundado em 11 de maio de 1913 como Hospital de Caridade, a Sociedade Matonense de Benemerência, conhecida tradicionalmente como *Hospital "Carlos Fernando Malzoni"* é referência regional na prestação de serviços médico-hospitalares, com profissionalismo e qualidade comprovados no âmbito da saúde, atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), Particulares e outros Convênios.

Em março de 2021, após aprovação do Conselho em AGE, a razão social foi alterada para Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Matão antes Sociedade Matonense de Benemerência.

Atualmente, a **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Matão** vem ampliando cada vez mais espaços e recursos, chegando à marca de 13.686,38 m² de área construída e contando, atualmente, com mais de 900 colaboradores diretos, além de corpo clínico, formado por mais de 100 médicos, e serviços diversos nas áreas de diagnóstico e análises clínicas. Suas instalações abrigam 201 leitos ativos, além de 20 leitos inativos, área reservada para convenio próprio e contingenciamentos como exemplo, foi utilizada no auge da pandemia de coronavírus no ano de 2020 e primeiro semestre de 2021.

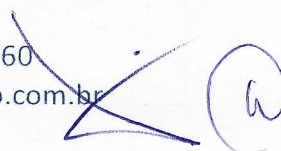
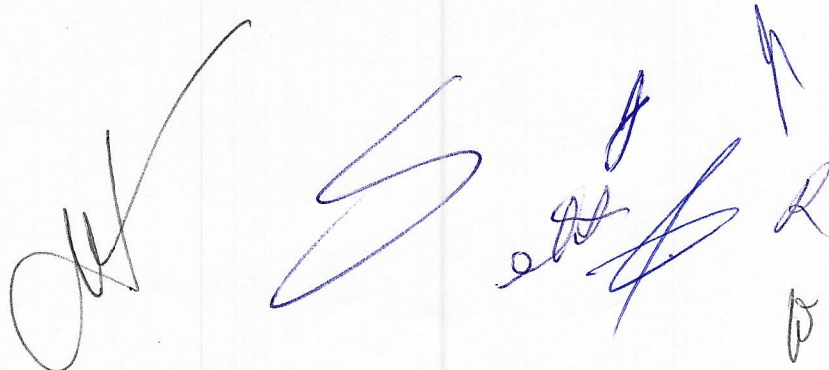
Oferece atendimento nas áreas de internação hospitalar e ambulatorial, clínica médica, pediátrica, ortopédica de alta complexidade, obstétrica, contando com maternidade de alto risco, que incluem UCIN (Unidade de Cuidados Intermediários do neonato), Casa da gestante, cirurgia cardíaca e cirúrgica em geral e psiquiatria. A instituição possui ainda, uma moderna Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto tipo III com 25 leitos, sendo 5 desses, antes de uso de paciente acometidos pela covid 19, agora reservados para pacientes coronarianos e pós operatório de cirurgia cardíaca, UTI Neonatal e Pediátrica com 10 leitos tipo III, Centro de Hemodiálise, Centro de Hemodinâmica, Centro de Oncologia, Centro Hiperbárico, Centro Cirúrgico dotado de 8 salas, sendo 01 destinada à obstetria, 01 destinada à Litotripsia extracorpórea e sala de recuperação com 9 leitos. Dentro dos propósitos de atender Matão e região, dispõe também de serviços de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Socorro, único no município, e participa da RUE - Rede de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, que abrange a RAS XIII - Rede de Atenção à Saúde.

A entidade está contratualizada com o SUS através do convênio 0213/2016, com vigência de 5 anos, no

qual possui convênios com o FNS – Fundo Nacional de Saúde por intermédio da SES – Secretaria Estadual de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, os serviços estão credenciados através das seguintes portarias:

- a) Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (**INTEGRASUS**), Portaria MS GM nº 504, de 07/03/2007;
- b) Incentivo de Adesão à Contratualização (**IAC**), Portaria MS GM nº 3.172, de 28/12/2012;
- c) Rede Saúde Mental (**RSME**), Portaria MS SAS nº 2.650 de 29 de dezembro de 2016 e Portaria MS GM nº 3.395, de 29 de dezembro de 2016;
- d) Rede Cegonha (**RCE-RCEG**), Portaria MS GM nº 2.785, de 19/11/2013, Portaria MS SAS nº 659, de 31/07/2015 e Portaria GM/MS nº 3.512, de 28/10/2018;
- e) Rede de Urgência (**RUE**) Portaria MS GM nº 71, de 09/01/2014 e Portaria GM/MS nº 2.520, de 13 de agosto de 2018, publicada no DOU em 16/08/2018;
- f) Habilitação em Média Complexidade – Laqueadura - CIB Nº 85 - 30/11/2012 de 12/04/2013;
- g) Habilitação em Média Complexidade – Vasectomia - CIB Nº 85 - 30/11/2012 de 12/04/2013;
- h) Habilitação em Média Complexidade - Videocirurgias - CIB Nº 4 - 02/06/2015;
- i) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular - SAS/MS Nº 1.032 de 02/10/2015;
- j) Habilitação em Alta Complexidade - Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista - SAS/MS Nº 1.032 de 02/10/2015;
- k) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia - PT SAS 155 de 26/04/2011;
- l) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional - SAS 342 de 16/04/2012;
- m) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia - SAS 165 de 25/05/2009;
- n) Habilitação em Alta Complexidade - UTI III Adulto - SAS 1174 de 21/09/2016;
- o) Habilitação em Alta Complexidade - UTI III Pediátrica - SAS 160 de 02/05/2011;
- p) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal tipo III - UTIN III - SAS 923 de 19/08/2013;
- q) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal - Convencional (UCINCon) - SAS 659 de 04/08/2014;
- r) Habilitação em Alta Complexidade - Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINcan) - SAS 659 de 04/08/2014;

- s) Habilitação em Alta Complexidade - Serviços Hospitalares de Referência para Atenção a Pessoas com Sofrimento ou Transtorno Mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de Álcool e Outras Drogas - SAS 2650 de 29/12/2016;
- t) Habilitação em Alta Complexidade - Atenção Hospitalar de Referência à Gestação de Alto Risco Tipo II - GM/MS 3512 de 28/10/2018;
- u) Habilita o em Alta Complexidade - Casa da Gestante Beb  e Puérpera - GM/MS 3512 de 28/10/2018;
- v) Pr  Santa Casa 2 - Delibera o CIB n  262/2007;
- w) Santas Casas Sustentáveis – Estratégico - Resolu o SS n  13 de 05/02/2014, Resolu o SS n  39 de 09/04/2014 e Resolu o SS n  46 de 15/05/2015.
- x) Pr  Santas Casas 2 (custeio entidades) – Convênio 00333/2020,
- y) Apoio Financeiro Geral (custeio entidades) - Convênio 00316/2020,
- z) Santas Casas Sustentáveis (custeio 3  setor) – Convênio 00314/2020.
 - aa) Portaria M/GM- 2730 de 14/10/2021, autoriza as portarias de Autoriza o MS/GM n  478/2021 e Portarias de Autoriza o MS/GM n  947/2021
 - bb) Pronto Atendimento Rede Básica – Prefeitura Municipal de Matão – SP, Lei Municipal Número 5.086 de 18 de agosto de 2021.
 - cc) Pronto Atendimento Rede Básica – Prefeitura Municipal de Dobrada – SP, Lei Municipal Número 1.787 de 26 de abril de 2021.



MENSAGEM DA DIRETORIA E DA SUPERINTENDÊNCIA

Orgulho da nossa cidade, o Hospital Carlos Fernando Malzoni é um dos hospitais filantrópicos mais equipados e preparados do interior do Estado de São Paulo.

Tal fato só foi possível porque no final dos anos 80, um grupo de empresários da cidade, denominado **GEMA - Grupo Empresarial de Matão**, assumiu a diretoria e investiu em seu crescimento, tanto na área física e tecnológica como em recursos humanos.

Nossa gestão é focada em trazer os melhores serviços em saúde para nosso município e região, investindo sempre nas melhores tecnologias disponíveis no mercado e Recursos Humanos.

O ano de 2021, ao contrário do que pensávamos, foi ainda mais difícil do que o ano de 2020, apesar de já termos conhecimento de como lidar com a pandemia de Covid 19, diferente do que ocorreu ano anterior, enfrentamos uma segunda onda devastadora, estávamos nos preparando para voltar gradativamente os procedimentos eletivos como cirurgias, exames complementares e o número de internação de pessoas acometidas pelo Sars Cov 2 cresceu exponencialmente, tanto nas UTIs, como nas enfermarias, ainda não tínhamos vacinas, os casos se agravavam rapidamente, fazendo com que pacientes fossem entubados nos setores e no pronto socorro.

Precisamos novamente reunir o Comitê Interno de Covid 19 e dar início ao segundo plano de contingenciamento.

Este plano começou com a implantação de uma nova UTI de 9 leitos dentro da sala de recuperação do centro cirúrgico. Fechamos metade do setor com divisórias, deixamos uma parte como UTI covid e outra parte com entrada separada para cirurgias de urgência e emergência. Utilizamos médicos do corpo clínico de diversas especialidades para dar plantão, principalmente os anestesistas, tendo em vista a falta de intensivistas disponíveis do mercado, sempre com protocolo e respaldo da UTI geral, além dos funcionários do setor que foram treinados para atuarem em UTI.

Todos os enfermeiros que atuavam em áreas administrativas e coordenações foram deslocados para assistência, estávamos com dificuldade de contratação de mão de obra, muitos afastamentos, incluindo as gestantes que as leis trabalhistas nos obrigaram a afastar do serviço.

Em março de 2021, inauguramos os 05 novos leitos respiratórios de UTI, com pressão negativa, construídos na pandemia. A obra teve início em 2020 e foi finalizada em 2021, com recursos próprios e parte doada pelas empresas Cambuhy e Citrosuco.

Utilizamos uma área no segundo pavimento, reservada ao nosso convenio HSAúde, para destinar 10 leitos de UTI geral, deixando a UTI de 20 leitos, apenas para covid 19.

Por um período, ficamos com 34 leitos de UTI covid, 10 leitos de UTI geral, 32 leitos de enfermaria covid SUS e mais leitos destinados a pacientes com covid nos convênios e apartamentos.

Foi o período mais difícil que enfrentamos, de fevereiro a meados de agosto, quando os casos começaram a diminuir.

Tivemos crise financeira, falta de Recursos Humanos e pressão externa por leitos covid, tanto SUS como de outros convênios e particulares.

Importante salientar que os novos leitos de UTI foram abertos a princípio, sem financiamento, todos com recursos próprios para evitar que pacientes ficassem entubados nas enfermarias e pronto socorro e não recebessem assistência necessária.

A falta de medicamentos, o chamado kit entubação foi geral, precisamos novamente reunir o Comitê Interno Covid e os médicos da equipe, elaborarem o plano de contingenciamento para tais medicamentos com protocolos da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, MS – Ministério da Saúde, OMS – Organização Mundial da Saúde, sempre respaldado em medicina baseada em evidências, de drogas de primeira e segunda escolha, tudo para que nossos pacientes não ficassem sem sedação e curarizantes que os manteriam confortáveis no respirador, dada a gravidade, sua única chance de sobrevivência.

A falta de tais medicamentos fez com que o Governo do Estado de São Paulo, junto a SES e a CMB - Confederação da Misericórdias do Brasil, intermediassem a importação para as Santas Casas e hospitais filantrópicos, medicamentos estes oriundos da China e da Índia, com valores altos, sem que tivéssemos escolha num momento de crise.

O Ministério da Saúde distribuiu alguns medicamentos, mas com volume insuficiente para atender a demanda e a demora no processo de importação, fez com que muitas vezes tivéssemos que pagar valores altíssimos por esses medicamentos piorando ainda mais a situação e comprometendo nosso equilíbrio econômico-financeiro.

O valor dos plantões médicos, continuaram a subir e não tivemos escolha na hora de contratar, contando também que à medida que aumentávamos o número de leitos, precisávamos aumentar o número de profissionais de saúde que compõem a equipe multiprofissional.

Logo no começo da segunda onda pandêmica, recorremos as grandes empresas da cidade para auxílio financeiro ao Hospital.

Fizemos uma apresentação ao grupo de empresários da CIESP, colocamos a real situação e a proposta foi auxílio mensal por seis meses em que no final, prestaríamos conta dos recursos utilizados, assim como já o fazemos com os recursos públicos que recebemos.

Houve um grande aceite e formou-se um grupo de doadores com diferentes valores, de acordo com a possibilidade de cada um. O valor arrecadado não foi suficiente para cobrir o déficit, mas amenizou.

Ficou a promessa de no final, eternizar essa ação através de um totem ou um obelisco com uma placa

de bronze em agradecimento as empresas que auxiliaram o Hospital Carlos Fernando Malzoni na pandemia do século XXI.

A grande vitória do ano de 2021 foi a chegada da vacina, iniciando a 1ª dose em janeiro para os idosos e trabalhadores da saúde, 2ª dose em fevereiro e 3ª dose em outubro.

A eficácia da vacina ficou clara quando mudou o perfil dos pacientes internados que na primeira onda eram idosos e na segunda onda pacientes mais novos, muitos que se descuidaram por se acharem fora do chamado “grupo de risco”.

Com todas essas dificuldades, mantivemos nosso internato de medicina com as faculdades de Araraquara e São Jose do Rio Preto e iniciamos nossa primeira Residência Médica em clínica médica com três novos residentes e mantivemos a residência em ortopedia

Expandimos nosso Plano de Saúde “Hsaúde” para cidade de Araraquara e iniciamos negociação para expansão em Américo Brasiliense e outras cidades vizinhas.

Mesmo em momento de crise financeira, hospital ofereceu plano de saúde aos colaboradores o que motivou a equipe que se encontrava desgastada, muitas vezes com jornadas estendidas, cancelamento de férias e folgas, para suprir a escala escassa por motivos já citados acima.

Com intuito de fortalecer nosso plano de saúde “Hsaúde”, iniciamos as obras de um Pronto Atendimento exclusivo para os usuários do convenio com entrada única e estacionamento próprio.

Com recursos próprios, mantivemos a reforma no telhado centenário que iniciamos em 2020, para sanar o problema constante de goteiras e receber as placas de energia solar fotovoltaica.

Fomos contemplados pela CPFL com projeto de energia solar fotovoltaica, totalmente custeado por eles, quase mil placas foram colocadas no telhado recém reformado e a previsão é que no 1º trimestre de 2022, já esteja todo implantando e funcionando com uma estimativa de economia de energia em torno de 80%.

Finalizamos o ano verticalizando o serviço de imagem, que antes era terceirizado em parceria e passou a ser próprio com aquisição dos equipamentos e contratação de equipe médica.

Conseguimos sobreviver a este catastrófico ano de 2021, mas fechamos o ano com balanço contábil deficitário, demonstrado nos relatórios contábeis abaixo, teremos um árduo trabalho pela frente, para recuperar a saúde financeira do hospital devido as marcas deixadas pela pandemia de 2020 e 2021.

Contamos que com as vacinas, a pandemia termine, para podermos retomar nossas atividades e nosso crescimento.

Nosso planejamento estratégico para o ano de 2022 está focado em nossa retomada dos serviços, crescimento e equilíbrio econômico-financeiro.

Temos como desafio manter a parceria com Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde, ampliando cotas de cardiologia, principalmente procedimentos de angioplastia que tem demanda reprimida e histórico de extra teto mensal, mesmo na pandemia. Também se fará necessário, ampliar o teto financeiro devido ao custo, ser muito aquém do financiamento recebido, principalmente na cirurgia cardíaca.

Estamos preparando residência em cirurgia e anestesia para o ano de 2022. Continuamos o processo para receber vistoria do MEC para transformar o Hospital em Hospital de Ensino o que nos dará um acréscimo de valores recebidos do SUS sobre o teto MAC (média e alta complexidade), além da capacitação médica, a possibilidade de novos profissionais para comporem o corpo clínico.

Temos proposta de estudo de viabilidade para compor a rede Unacon (unidade de atendimento oncológico) e passar a atender oncologia do SUS do município de Matão e regiões Norte e Centro Oeste, que compõe a DRS III de Araraquara com aproximadamente trezentos mil habitantes.

Previsto fazer um projeto de reforma e ampliação do Fórum, prédio cedido pelo governo do Estado de SP ao Hospital, planejamos usá-lo para o Centro de Ensino e Pesquisa, setores administrativos e Hospital Dia, incluindo Centro Oncológico caso hospital entre na rede Unacon. Buscaremos parceiros para execução do projeto da área de engenharia, com auxílio da Associação dos Engenheiros do município de Matão e Faculdade de Engenharia da Uniar de Araraquara.

Temos projeto de abrir unidade de hemodiálise na cidade de Ibitinga, facilitando acesso ao um número expressivo de pacientes renal crônicos do município e das cidades vizinhas, ficando a habilitação e o faturamento na responsabilidade do hospital de Matão, podendo ampliar o serviço devido captação daqueles pacientes que utilizam os serviços de outras cidades como Araraquara e Bauru.

Também temos em estudo, projeto de verticalizar outros serviços que possam expandir para outras cidades onde temos nosso plano de saúde.

Pleiteamos através de verbas públicas, expandir nosso polo tecnológico com aquisição de tomógrafo de 64 canais apto para uso em cardiologia, máquinas de hemodiálise e microscópio cirúrgico para uso da neurocirurgia.

Faremos um estudo em cima de uma proposta de nos tornarmos centro de referência em cirurgia ortopédica robótica, lembrando que já somos referência em cirurgia de alta complexidade em ortopedia e ser esta especialidade a nossa maior demanda cirúrgica.

Almejamos retomar a reforma dos apartamentos e ala de convênios com recursos oriundos da nossa operadora de saúde e através de doações, colocar ar-condicionado e aparelho de televisão em todos os quartos do SUS.

Para manter a sustentabilidade do nosso hospital, vamos prosseguir com a regionalização e fortalecimento do nosso Plano de Saúde “HSAúde”, concluir as obras do Pronto Atendimento, estacionamento, unidade de internação e iniciar o projeto de trazer o administrativo para próximo ao hospital, no antigo CEP que deverá migrar para o antigo Fórum.

Ainda pensando em sustentabilidade, manter um comercial forte e um setor de comunicação e marketing engajado em dar visibilidade aos nossos serviços e projetos.

Retomar o projeto PROADI SUS para melhoria de nossa gestão, dar andamento no projeto de Governança Corporativa e Gestão de Riscos, manter nosso Código de Conduta Ética, garantindo nossa transparência, segurança e certeza do cumprimento de nossos valores institucionais.

Sabendo de nossas responsabilidades como Gestores da Área da Saúde e da nossa missão em manter esta entidade centenária sustentável em todos os aspectos, não nos faltarão esforços para vencermos as dificuldades, uma delas o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde e continuarmos a fazer parte dessa extensa Rede de Saúde do Estado de São Paulo, através da DRS III – Divisão Regional de Saúde de Araraquara, na Gestão direta da Secretaria Estadual de Saúde, com compromisso de atender com excelência a alta e média complexidade, focando sempre na Humanização e na Qualidade da Assistência.

Para tanto, continuamos contamos com o comprometimento dos nossos Diretores, Colaboradores, Corpo Clínico, Parceiros, Terceiros, Fornecedores e Voluntários, para que possamos manter e alcançar nossa Missão, Visão e Valores institucionais.

MISSÃO – Manter-se uma entidade filantrópica, prestando serviços de saúde com qualidade, dignidade, eficiência e humanização.

VISÃO - Ser referência regional em alta complexidade, com excelência na prestação de serviços de saúde, buscando certificação.

VALORES:

1. Credibilidade – corresponder às expectativas dos clientes
2. Ética – transparência e comprometimento
3. Humanização – colocar-se no lugar do outro
4. Respeito – reconhecer limites
5. Compromisso Social – interagir com a sociedade buscando melhor atendimento
6. Inovação – investir na aquisição de equipamentos e capacitar mão de obra
7. Sustentabilidade – cumprir com os valores propostos, manter o equilíbrio financeiro e colaborar com a preservação do meio ambiente.

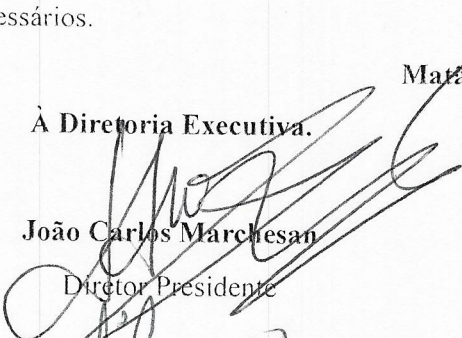

Denise Paolinetti da Camara Minelli

Superintendente Hospitalar

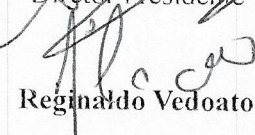
Senhores Conselheiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado às do exercício anterior. Permanecemos ao inteiro dispor dos Srs. Conselheiros para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Matão (SP), 08 de março de 2021.

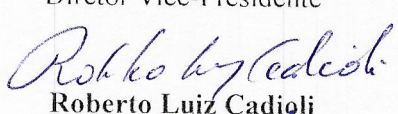
À Diretoria Executiva.


João Carlos Marchesan

Diretor Presidente


Reginaldo Vedoato

Diretor Vice-Presidente


Roberto Luiz Cadioli

Diretor Executivo Administrativo


Nelson Francischini Júnior

Diretor Executivo Financeiro

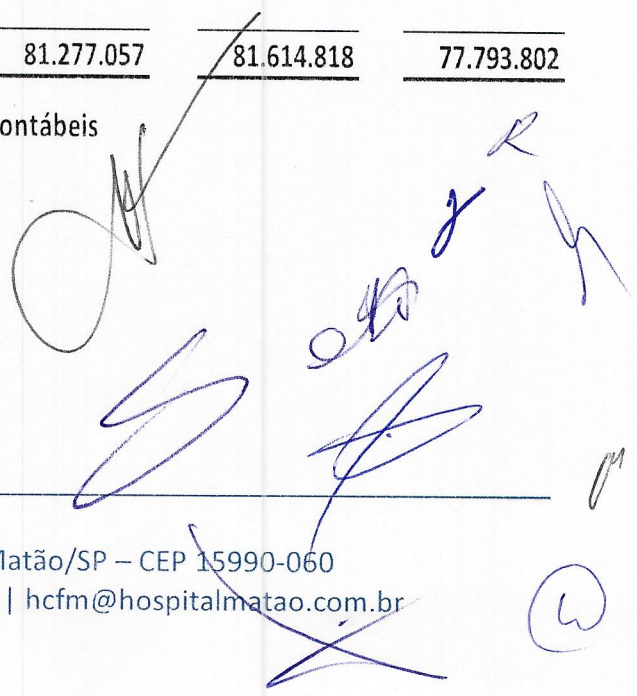

José Carlos Chiozzini

Diretor Executivo Secretário

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em reais - R\$)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.156.864	17.773.707	14.117.241	12.660.457
Recursos de subvenções a Receber	13	6.393.098	7.760.703	6.393.098	7.760.703
Contas a receber	5	9.164.893	9.451.313	8.354.920	8.493.810
Estoques	7	2.637.797	2.453.949	2.637.797	2.453.949
Créditos Tributários a Recuperar	6	134.839	131.919	52.200	49.280
Outros créditos		482.121	949.841	482.095	949.812
Total do ativo circulante		40.969.612	38.521.433	32.037.350	32.368.012
Não circulante					
Contas a receber	4	594.997	465.087	594.997	465.087
Recursos de subvenções a Receber	13	6.327.869	12.002.825	6.327.869	12.002.825
Outros créditos		98.248	98.248	0	0
		7.021.114	12.566.160	6.922.866	12.467.912
Investimentos		1.692.789	270.972	9.417.766	5.480.651
Imobilizado - Sem Restrição	9	47.926.204	40.891.043	42.427.823	37.607.545
(-) Depreciação - Sem Restrição	9	(18.365.790)	(15.579.227)	(16.996.190)	(14.694.099)
Imobilizado - Com Restrição	9	9.384.814	6.143.392	9.384.814	6.143.392
(-) Depreciação - Com Restrição	9	(1.899.259)	(1.899.259)	(1.899.259)	(1.899.259)
Intangível	9	581.056	573.375	448.985	448.985
(-) Amortização acumulada	9	(236.999)	(210.834)	(129.338)	(129.338)
Total do ativo não circulante		46.103.929	42.755.623	49.577.468	45.425.790
Total do ativo		87.073.541	81.277.057	81.614.818	77.793.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em reais - R\$)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores e Prestadores de Serviços de	10	10.398.552	7.491.510	10.110.433	7.112.128
Provisões Técnicas de Operações de Assis	10	4.240.104	2.022.106	0	0
Empréstimos e financiamentos	19	1.783.949	1.247.983	1.783.949	1.247.983
Salários, férias e contribuições sociais	10	1.970.183	1.499.782	1.689.654	1.311.202
Impostos e contribuições a recolher	10	617.797	406.207	285.037	248.603
Subvenções a realizar	13	7.336.623	10.612.713	7.336.623	10.612.713
Provisões trabalhistas	10	2.941.908	2.361.458	2.941.908	2.361.458
Acordos Judiciais	10	140.613	27.000	140.613	27.000
Outras contas a pagar e provisões diversa:	10	491.751	712.747	266.696	333.365
Total do passivo circulante		29.921.480	26.381.505	24.554.914	23.254.450
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	16.009.389	7.829.497	16.009.389	7.829.497
Ações Cíveis e Trabalhistas	15	13.200	450.430	0	438.430
Subvenções a realizar	13	7.175.410	12.698.301	7.175.410	12.698.301
Subvenções Governamentais Diferidas	13	2.903.570	1.498.130	2.903.570	1.498.130
Contas a Pagar		423.164	150.439	423.164	150.000
Total dos passivos não circulantes		26.524.733	22.626.797	26.511.533	22.614.357
Patrimônio líquido					
Patrimônio social	11	32.003.938	29.199.701	31.924.995	29.199.701
Ajuste de Exercícios Anteriores	11	(212.883)	(7.685)	(212.883)	(7.685)
Reservas de Capital	11	15	15		
Lucros Acumulados	11	0	343.745	0	0
Superávit do exercício	11	(1.163.741)	2.732.979	(1.163.741)	2.732.979
Total do patrimônio líquido		30.627.329	32.268.755	30.548.372	31.924.995
Total do passivo e patrimônio líquido		87.073.541	81.277.057	81.614.818	77.793.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de Resultados Consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em reais – R\$)		2021	2020	2021	2020
	Nota	Consolidado		Controladora	
Receitas					
Receitas com Subvenções e Convênios Governamentais	4	18.374.352	17.115.690	18.374.352	17.115.690
Receitas de Convênios e Assistência ao SUS	14	34.553.675	26.111.164	34.553.675	26.111.164
Receitas de Convênios e Particulares	4	30.683.532	22.680.504	44.273.656	33.862.058
Receitas com Contraprestação de Plano de Assistência à Saúde Líquidas	4	41.335.196	26.166.801	0	0
Outras Receitas	4	8.118.561	5.978.923	9.478.561	7.610.151
		133.065.316	98.053.083	106.680.244	84.699.064
Custos e despesas operacionais					
Custo Com Eventos Indenizáveis Líquidos	4	(14.005.436)	(3.381.890)		
Custos com Serviços Médicos	4	(21.199.193)	(27.069.117)	(21.199.193)	(27.069.117)
Custos com Medicamentos e Materiais	4	(28.809.704)	(19.050.842)	(28.809.704)	(19.050.842)
Custos e Despesas com Pessoal e Encargos	4	(37.953.438)	(24.059.918)	(37.953.438)	(24.059.918)
Depreciações e Amortizações	4	(2.302.091)	(2.280.233)	(2.302.091)	(2.280.233)
Custos e Despesas com Materiais de Consumo, Manutenções e Serviços	4	(11.535.486)	(7.901.898)	(11.535.486)	(7.901.898)
Custos e Desp. Operacionais com Plano de Assistência a Saúde	4	(5.638.676)	(5.243.143)		
Outras Receitas, Custos e Despesas Operacionais	4	(6.033.967)	(1.424.828)	(6.033.967)	(1.424.828)
Despesas Adm. e Comer. do Plano de Assistência à Saúde - Controlada		(6.411.503)	(3.979.414)		
		(133.889.493)	(94.391.283)	(107.833.878)	(81.786.837)
Resultado Operacional Antes das Receitas (despesas) Financeiras		(824.177)	3.661.800	(1.153.634)	2.912.228
Receitas Financeiras		1.624.078	1.110.237	1.161.130	834.829
Despesas Financeiras		(1.175.797)	(1.559.314)	(1.171.236)	(1.014.078)
Resultado financeiro, líquido		448.281	(449.077)	(10.106)	(179.249)
IRPJ - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - Controlada		(173.261)	(98.936)		
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - Controlada		(71.014)	(44.257)		
IRPJ/CSLL		(244.275)	(143.193)		
Benefício fiscal Usufruído e Previdência	12	11.169.280	8.218.688	11.169.280	8.218.688
(-) Benefício fiscal Usufruído e Previdência	12	(11.169.280)	(8.218.688)	(11.169.280)	(8.218.688)
Trabalho Voluntário Diretores (art. 13 do Estatuto)	18	596.681	506.552	596.681	506.552
(-) Trabalho Voluntário Diretores (art. 13 do Estatuto)	18	(596.681)	(506.552)	(596.681)	(506.552)
Superávit (Déficit) do Exercício		(620.172)	3.069.530	(1.163.741)	2.732.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


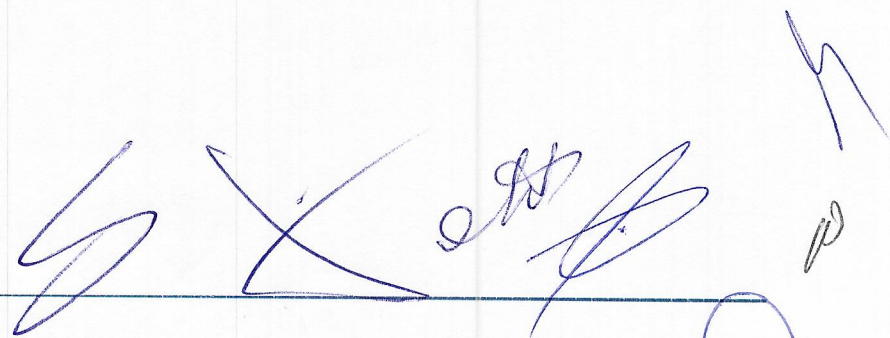
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em reais)
Controladora

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.125.806	(292.152)	3.020.668	(1.654.621)	29.199.701
Incorporação de Déficit do Exercício Anterior	(1.654.621)	0	0	1.654.621	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.020.668		(3.020.668)		0
Incorporação de Ajuste de Exercícios Anteriores no Período (CPC 23)	(292.152)	284.467			(7.685)
Superávit do Exercício	0	0		2.732.979	2.732.979
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	29.199.701	(7.685)	0	2.732.979	31.924.995
Incorporação de Déficit do Exercício Anterior	2.732.979	0	0	(2.732.979)	0
Incorporação de Ajuste de Exercícios Anteriores no Período (CPC 23)	(7.685)	(212.883)			(220.567)
Superávit do Exercício	0	0		(1.163.741)	(1.163.741)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	31.924.995	(212.883)	0	(1.163.741)	30.548.372

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto (em reais - R\$)	2021	2020	2021	2020
	Consolidado		Controladora	
Fluxo das Atividades Operacionais				
Recebimento do SUS - Sistema Único de Saúde	28.925.221	25.465.067	28.925.221	25.465.067
Recebimento de Subvenções, Licitações e Convênios com Entes Públicos	19.326.421	14.740.184	19.326.421	14.740.184
Recebimento de Convênios e Particulares	24.582.883	19.392.637	43.123.260	37.150.352
Recebimento de Planos de Saúde	48.866.191	33.634.249		
Resgate de Aplicações Financeiras	14.756.404	9.117.339		
Recebimento de Doações e Contribuições Voluntárias	3.281.790	2.648.882	3.281.790	2.648.882
Recebimentos de Serviços Educacionais	1.960.669	1.669.037	1.960.669	1.669.037
Outros Recebimentos	1.852.865	3.545.053	1.789.246	2.322.637
	143.552.445	110.212.447	98.406.607	83.996.159
Pagamento de Salários e Encargos Trabalhistas	(25.845.780)	(21.702.361)	(24.757.547)	(20.709.069)
Pagamento de Impostos e Contribuições	(4.935.390)	(3.949.188)	(2.294.071)	(1.890.567)
Pagamento de Serviços Médicos	(29.668.069)	(25.893.243)	(29.668.069)	(25.893.243)
Pagamento a Fornecedores de Medicamentos, Materias, OPME e Demais Insumos	(52.016.470)	(33.741.441)	(35.683.621)	(26.334.826)
Aplicações Financeiras	(14.573.929)	(9.069.791)		
Outros Pagamentos	(8.785.900)	(7.272.033)	(1.518.975)	(1.115.900)
	(135.825.539)	(101.628.058)	(93.922.283)	(75.943.606)
Disponibilidade das Atividades Operacionais	7.726.906	8.584.390	4.484.324	8.052.553
Fluxo das Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado - Com Restrição	(3.241.422)	(2.424.046)	(3.241.422)	(2.424.046)
Aquisição de Imobilizado - Sem Restrição	(6.750.166)	(1.918.273)	(6.433.958)	(1.329.774)
Obras em Andamentos - Sem Restrição	(1.116.573)	(752.929)	(1.116.573)	(752.929)
Paricipações Societárias	45.000	47.584	45.000	47.584
	(11.063.161)	(5.047.664)	(10.746.953)	(4.459.165)
Fluxo das Atividades de Financiamentos				
Contratação de Empréstimos	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Pagamento de Empréstimos	(2.280.587)	(3.701.184)	(2.280.587)	(3.701.184)
Outros Pagamentos das Atividades e Financiamento	0	0		
	7.719.413	6.298.816	7.719.413	6.298.816
Disponibilidade das Atividades de Financiamentos	7.719.413	6.298.816	7.719.413	6.298.816
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	4.383.157	9.835.542	1.456.784	9.892.203
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	17.773.707	7.938.165	12.660.457	2.768.254
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	22.156.864	17.773.707	14.117.241	12.660.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31/12/2021 E 31/12/2020

Nota 1 – Contexto operacional – A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO, fundada em 11 de maio de 1913, Associação Civil, Sem Fins Lucrativos, com o objetivo de prestar serviços, médico-hospitalares, científicos, técnicos, assistenciais, educacionais e sociais. Aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional em manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, e para tal finalidade mantém atualmente o Hospital Carlos Fernando Malzoni, na cidade de Matão-SP, à Rua Sinharinha Frota, 556. A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO adquiriu no exercício de 2017 a operadora de planos de saúde MATÃO CLÍNICAS & AMHMA SAÚDE LTDA, CNPJ 50.432.863/0001-06, ANS 416495.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – As Demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis, com atendimento integral das Leis N.º. 6.404/76, das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, definidas pela Resolução 1.159/09 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), e ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução 1.409/12 do CFC, e demais disposições complementares que contemplam as Entidades sem Fins Lucrativos e estão sendo divulgadas de forma comparativa aos exercícios de 2021 e 2020 e estão sendo apresentadas em real (moeda oficial do Brasil). As demonstrações contábeis estão consolidadas com dados contábeis da controladora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO e da Controlada MATÃO CLÍNICAS & AMHMA SAÚDE LTDA, onde as operações contábeis entre as empresas foram eliminadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

Nota 3 – Caixa e equivalente caixa - De acordo com a ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução 1.409/12 do CFC, apresentamos as disponibilidades financeiras com segregação dos recursos com restrição e sem restrição:

Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	12.109	31.762	9.167	26.833
Bancos Conta Movimento - Recursos sem Restrição	10.911.108	1.251.669	9.980.537	1.138.376
Aplicações financeiras - Sem Restrição	5.126.804	9.935.842	2.876.270	8.453.092
Sub-Total - Sem Restrição	16.050.021	11.219.273	12.865.974	9.618.301
Bancos Conta Movimento - Recursos Com Restrição	33.975	4.288	33.975	4.288
Aplicações financeiras - Com Restrição	1.217.293	3.037.868	1.217.293	3.037.868
Reservas Técnicas	4.855.576	3.512.278		
Sub-Total - Com Restrição	6.106.843	6.554.435	1.251.267	3.042.156
Total das Disponibilidades	22.156.864	17.773.708	14.117.241	12.660.457

Notas 4 – Principais diretrizes contábeis

- a) Créditos SUS a Receber: Valores dos Serviços Prestados ao SUS (Sistema Único de Saúde), de acordo com o Contrato de Gestão, celebrado com a SES (Secretaria Estadual de Saúde), através da DRS III – Araraquara (Departamento Regional de Saúde), e ou Incentivos Proposto pelo SUS.

- b) Créditos a Receber Prefeituras: Referem-se aos contratos de prestação de serviços celebrados com os Municípios, licitações, Empenhos, Convênios e/ou subvenções propostas por leis específicas;
- c) Adiantamento a Colaboradores: Refere-se ao adiantamento de férias e/ou salários aos colaboradores da entidade;
- d) Despesas Antecipadas: representados nos valores pagos durante o exercício onde a despesa é reconhecida de acordo como o Regime de competência contábil, dentro de respectivos períodos de competências;
- e) Receitas, Custos e Despesas: Estão apropriados pelo regime de competência;
- f) Realizável em Longo Prazo: representa créditos a receber cujo vencimento é posterior a 12 meses, sendo compreendido este o ciclo da atividade, Exercício Social;
- g) Empréstimos e Financiamentos: representa valores de empréstimos contratados os quais estão apresentados pelo valor presente de liquidação;
- h) Acordos Judiciais: Representa saldos a pagar de ações trabalhistas e cíveis, acordadas e/ou transitadas em julgado, na qual existe a obrigação de pagar ao reclamante/autor.

Nota 5 – Contas a Receber: representa valores a receber pela de prestação de serviços e pela venda de planos de saúde, distribuídos conforme quadro abaixo:

Contas a Receber

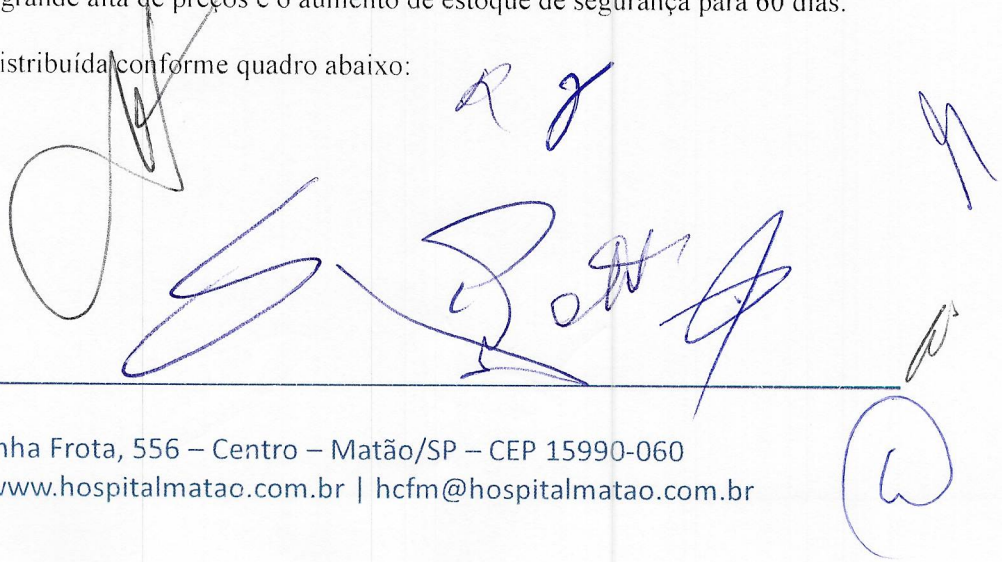
	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Particulares	56.045	8.191	56.045	8.191
Convênios e Santas Casas	4.159.053	3.403.742	4.159.053	3.403.742
Prefeituras	1.359.662	2.373.402	1.359.662	2.373.402
SUS - Sistema Único em Saúde	2.422.519	2.352.449	2.422.519	2.352.449
Cheques e Cartões a Receber	357.641	356.027	357.641	356.027
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	809.972	957.503		
Total das Contas a Receber	9.164.893	9.451.313	8.354.920	8.493.810

Nota 6 – Créditos Tributários a Recuperar: representa valores de Impostos antecipados de acordo o regime tributário, e que serão compensados em exercícios posteriores.

Nota 7 – Estoques: Os estoques estão representados pelo custo médio de aquisição, lançados pelo regime de competência.

Com a continuidade da pandemia ao longo de 2021, manteve-se o aumento no consumo e no custo de todos os insumos hospitalares, principalmente materiais e medicamentos, o aumento na demanda provocou elevação nos preços sendo que a falta destes produtos, no mercado nacional e internacional, principalmente, medicamentos sedativos, saneantes, epi's e outros itens hospitalares, usados pela linha frente, na contenção da pandemia através de protocolos e boas práticas de manuseio do paciente, foram realizadas compras estratégicas de alguns itens com grande alta de preços e o aumento de estoque de segurança para 60 dias.

Sua composição de saldos está distribuída conforme quadro abaixo:



Estoques

DESCRIÇÃO	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
DROGAS E MEDICAMENTOS	1.463.660	1.307.127	1.463.660	1.307.127
MATERIAIS HOSPITALARES	551.404	576.551	551.404	576.551
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	58.450	53.431	58.450	53.431
MATERIAIS DE LAVANDERIA	19.335	26.166	19.335	26.166
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE	44.405	22.690	44.405	22.690
MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	200.229	226.515	200.229	226.515
MATERIAIS DE ROUPARIA	44.366	41.161	44.366	41.161
OPME	138.080	124.947	138.080	124.947
IMPRESSOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE	62.401	34.544	62.401	34.544
E.P.I (EQUIP. DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)	37.560	31.351	37.560	31.351
MATERIAIS NÃO REEMBOLSÁVEIS	375	239	375	239
UTENSÍLIOS COPA E COZINHA	9.714	9.227	9.714	9.227
MATERIAIS DE INFORMÁTICA	7.818	0	7.818	0
Total dos Estoques	2.637.797	2.453.949	2.637.797	2.453.949

Nota 8 – PCLD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – Foi constituída Provisão pelo saldo existente de Créditos a receber, já vencidos e que já foram tomadas medidas administrativas e/ou judiciais para sua cobrança.

Nota 9 – Ativo Imobilizado e Intangível – Apresentamos abaixo a composição do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível e Movimentação do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL CONTROLADORA					
DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO MÉDIA ANUAL	CUSTO DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2021	DEPRECIACIONES ACUMULADAS EM 31/12/2021	IMOBILIZADO	IMOBILIZADO
				LIQUIDO EM 31/12/2021	LIQUIDO EM 31/12/2020
Imóveis de Uso Próprio - Sem Restrição		22.938.876	(4.291.859)	18.647.018	17.845.074
Terrenos		3.844.256		3.844.256	4.480.918
Edificações e Instalações	4%	17.978.048	(4.291.859)	13.686.189	13.035.363
Obras em Andamento		1.116.573		1.116.573	328.793
Imóveis de Uso Próprio - Com Restrição		2.557.653	(479.109)	2.078.545	1.751.027
Terrenos		947.833		947.833	947.833
Edificações e Instalações	4%	1.609.820	(479.109)	1.130.712	803.195
Bens Móveis - Hospitalares - Sem Restrição		19.126.738	(11.588.588)	7.538.150	4.976.810
Aparelhos e Equipamentos	10%	11.402.270	(7.598.199)	3.804.072	1.288.394
Móveis e Utensílios	10%	5.068.208	(2.995.848)	2.072.360	2.184.032
Equipamentos de T.I.	20%	2.656.259	(994.541)	1.661.718	1.504.384
Bens Móveis - Hospitalares - Com Restrição		6.827.161	(2.243.404)	4.583.757	2.493.106
Aparelhos e Equipamentos	10%	6.490.402	(2.121.977)	4.368.425	2.259.889
Móveis e Utensílios	10%	138.628	(23.734)	114.894	131.292
Equipamentos de T.I.	20%	58.930	(21.257)	37.673	25.241
Bens Móveis	10%	139.201	(76.436)	62.765	76.684
Bens Móveis não Hospitalares - Sem Restrição	20%	362.209	(289.570)	72.639	91.562
Veículos	20%	362.209	(289.570)	72.639	91.562
Ativo Intangível - Sem Restrição		442.730	(132.258)	310.472	313.392
Programas de Computador		409.445	(132.258)	277.187	280.107
Marcas e Patentes		33.285		33.285	33.285
Ativo Intangível - Com Restrição		6.255		6.255	6.255
Programas de Computador		6.255		6.255	6.255
TOTAL DO IMOBILIZADO		52.261.623	(19.024.787)	33.236.836	27.477.227

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL CONTROLADORA					
DESCRIÇÃO	IMOBILIZADO LIQUIDO EM 31/12/2020	AQUISIÇÕES 2021	AJUSTES, BAIXAS E TRANSFERÊNCIAS EM 2021	DEPRECIações em 2021	IMOBILIZADO LIQUIDO EM 31/12/2020
Imóveis de Uso Próprio - Sem Restrição	17.845.074	3.513.637	(2.129.755)	(581.938)	18.647.018
Terrenos	4.480.918	0	(636.662)		3.844.256
Edificações	13.035.363	1.232.763		(581.938)	13.686.189
Obras em Andamento	328.793	2.280.873	(1.493.093)		1.116.573
Imóveis de Uso Próprio - Com Restrição	1.751.027	508.883	0	(181.366)	2.078.545
Terrenos	947.833				947.833
Edificações	803.195	508.883		(181.366)	1.130.712
Bens Móveis - Hospitalares - Sem Restrição	4.976.810	3.766.894	(330.498)	(875.057)	7.538.150
Aparelhos e Equipamentos	1.288.394	3.335.784	(330.498)	(489.608)	3.804.072
Móveis e Utensílios	2.184.032	144.658		(256.331)	2.072.360
Equipamentos de T.I.	1.504.384	286.452	(0)	(129.118)	1.661.718
Bens Móveis - Hospitalares - Com Restrição	2.493.106	2.732.539	0	(641.888)	4.583.757
Aparelhos e Equipamentos	2.259.889	2.711.374	0	(602.838)	4.368.425
Móveis e Utensílios	131.292	700		(17.098)	114.894
Equipamentos de T.I.	25.241	20.465	0	(8.033)	37.673
Bens Móveis	76.684			(13.919)	62.765
Bens Móveis não Hospitalares - Sem Restrição	91.562	0	0	(18.923)	72.639
Veículos	91.562	0		(18.923)	72.639
Ativo Intangível - Sem Restrição	313.392	0	0	(2.920)	310.472
Programas de Computador	280.107	0		(2.920)	277.187
Marcas e Patentes	33.285				33.285
Ativo Intangível - Com Restrição	6.255	0	0	0	6.255
Programas de Computador	6.255	0			6.255
TOTAL DO IMOBILIZADO	27.477.227	10.521.953	(2.460.253)	(2.302.091)	33.236.836

Nota 10 – Passivo Circulante – Está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício, sendo que os fornecedores de materiais e serviços estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico.

Contas a Pagar - Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	2.443.983	2.133.906	2.443.983	2.133.906
Fornecedores de OPME	618.457	521.376	618.457	521.376
Fornecedores de SND	157.144	113.712	157.144	113.712
Fornecedores de Bens Duráveis (Imobilizado)	117.222	126.191	117.222	126.191
Fornecedores/Prestadores de Serviços Gerais	757.510	990.770	469.392	611.388
Fornecedores/Prestadores de Serviços Médicos	5.711.029	3.378.411	5.711.029	3.378.411
Fornecedores de Materiais de Higiene e Limpeza	88.521	78.397	88.521	78.397
Fornecedores de Materiais de Manutenção	87.031	15.646	87.031	15.646
Fornecedores de Materiais em Geral	417.654	133.101	417.654	133.101
Total do Contas a Pagar - Fornecedores	10.398.551	7.491.510	10.110.433	7.112.128

Obrigações Trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Salários e Ordenados	1.291.810	1.019.068	1.234.727	973.001
Obrigações Sociais (INSS, FGTS)	517.991	346.039	454.927	338.200
Provisão de Férias, 13º Salários e Encargos Sobre as Provisões	3.102.290	2.496.133	2.941.908	2.361.458
Total das Obrigações Trabalhistas	4.912.091	3.861.240	4.631.562	3.672.659

Nota 11 – Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido está constituído da seguinte forma:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA		
DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Patrimônio Social	31.924.995	29.199.701
Ajuste de Exercícios Anteriores	(212.883)	(7.685)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
Superávit ou Déficit do Exercício	(1.163.741)	2.732.979
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.548.372	31.924.995

Nota 12 – Benefícios Fiscais Usufruídos e Previdência – De acordo com o Art. 150, VI, C, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a entidade é imune ao IRPJ e Isenta de Contribuições, de acordo com o Art. 195 da Constituição da República Federativa do Brasil e Regulamentada pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, revogada pela Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e pelo Decreto 7.300 de 15 de outubro de 2010. Em atendimento à resolução CFC 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, demonstramos a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO durante os exercícios de 2021 e 2020, como se devido fossem:

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS USUFRUÍDAS (FILANTROPIA) LEI 12.101/09 - CONTROLADORA							
DESCRIÇÃO	INSS PATRONAL	COFINS	CSLL	PIS	IRPJ	ISSQN	TOTAL
2021	5.581.894	3.200.198	0	253.722	0	2.133.465	11.169.280
2020	4.604.131	1.799.197	245.968	209.279	160.649	1.199.465	8.218.688

Nota 13 – Subvenções e Convênios com entes públicos e Doações voluntárias – No exercício de 2021, a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO – Hospital Carlos Fernando Malzoni, recebeu a título auxílio e subvenções do poder público municipal, estadual e federal, assim como doações de pessoas físicas e jurídicas que foram contabilizadas conforme Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002, para fazer a programação de custeio e operacionalidade e/ou Investimentos, das suas atividades filantrópicas, sendo totalmente aplicadas na entidade, como seguem:

a) Convênios e Subvenções com Municípios:

SUBVENÇÕES COM ENTES PÚBLICOS (UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS)
CONTROLADORA
CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS MUNICIPAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2020	Convênio Pronto Socorro	590.000,00	590.000,00		0,00	Custeio
2021	Convênio Pronto Socorro	7.410.000,00	7.410.000,00		0,00	Custeio
2021	Convênio - Gestão da Rede Básica de Saúde	1.037.405,37	558.722,01		478.683,36	Custeio

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS MUNICIPAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DOBRADA-SP

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2020	Prefeitura Dobrada - Pronto Socorro	150.000,00	150.000,00			Custeio
2021	Prefeitura Dobrada - Pronto Socorro	192.000,00	192.000,00		0,00	Custeio

b) Convênios e Subvenções com o Estado de São Paulo:
CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2020	541/2016 - Pró-Santa Casa	151.200,00	151.200,00	0,00	0,00	Custeio
2020	626/2016 - Programa Santas Casas Sustentáveis	1.254.790,21	1.254.790,21	0,00	0,00	Custeio
2020	328/2019 - Secretário de Estado de Saúde	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	8329/2019 - Deputada Analice Fernandes	300.000,00		0,00	300.000,00	Custeio
2020	00333/2020 - Secretário de Estado de Saúde - Pró Santas Casas 2	1.512.000,00	346.500,00	0,00	1.165.500,00	Custeio
2020	00316/2020 - Complemento MAC - Governador João Dória	8.840.000,00	1.800.000,00	0,00	6.840.000,00	Custeio
2020	00314/2020 - Programa Santas Casas Sustentáveis	12.547.824,00	2.875.543,00	0,00	9.672.281,00	Custeio
2020	01354/2020 - Barros Munhoz	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	1075/2019 - Deputado Rogério Nogueira	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	70196/2019 - Deputado Roberto Massafera	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	Portaria 1666 - Wanderlei Macris	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	100/200 - Dep. Carla Morando	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	0045/2020 - Dep. Itamar Borges	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	Custeio
TOTAL 2020		25.766.814,21	7.789.033,21	0,00	17.977.781,00	

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2021	00333/2020 - Secretário de Estado de Saúde - Pró Santas Casas 2	1.165.500,00	378.000,00		787.500,00	Custeio
2021	00314/2020 - Programa Santas Casas Sustentáveis	9.672.281,00	3.136.956,00		6.535.325,00	Custeio
2021	00316/2020 - Complemento MAC - Governador João Dória	6.840.000,00	1.900.800,00		4.939.200,00	Custeio
2021	8329/2019 - Deputada Analice Fernandes	300.000,00	300.000,00		0,00	Equipamentos
2021	00001/2021 - Covid Clínico	1.440.000,00	1.440.000,00		0,00	Custeio
2021	0437/2020 - Prof Bebel	100.000,00	100.000,00		0,00	Custeio
2021	016/2021 - Marcos Zerbini	300.000,00	300.000,00		0,00	Custeio
TOTAL 2020		19.817.781,00	7.565.756,00	0,00	12.262.025,00	

c) Convênios e Subvenções com a União (Governo Federal):

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - UNIÃO - GOVERNO FEDERAL						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2020	883503/2019 - Deputado Baleia Rossi	100.000,00		0,00	100.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	Portaria MAC 3212/2019 - Deputado Baleia Rossi	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	Portaria MAC 3730/2019 - Deputado Geninho	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	Custeio
2020	883506/2019 - Deputado Arnaldo Jardim	202.000,00		2.000,00	200.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	888548/2019 - Deputado Rodrigo Garcia	400.000,00			400.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	888554/2019 - Deputado Vanderlei Macris	201.000,00		1.000,00	200.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	850609/2017 - Marta Suplicy	160.700,00	124.853,85		35.846,15	Aquisição de Equipamentos
2020	850926/2017 - Programa Ministério da Saúde	100.000,00			100.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	868429/2018 - Dep. Lobbe Neto	250.000,00	249.345,92		654,08	Aquisição de Equipamentos
2020	60/200 Dep. Baleia Rossi	100.000,00	100.000,00		0,00	Aquisição de Equipamentos
2020	2222/2020 - Verba Covid Casa Da Gestante	30.000,00	30.000,00		0,00	Custeio
2020	898767/2020 - Alexandre Padilha	195.141,00			195.141,00	Aquisição de Equipamentos
2020	904858/2020 - Programa Ministério da Saúde	110.606,00			110.606,00	Aquisição de Equipamentos
2020	905649/2020 - Ennco Misasi	280.000,00			280.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	898766/2020 - Arnaldo Jardim	200.000,00			200.000,00	Aquisição de Equipamentos
2020	Fundo Nacional COVID 19 - Ministério da Saúde	2.512.152,62	2.512.152,62	0,00	0,00	Custeio
2020	Fundo Nacional COVID 19 II - Ministério da Saúde	398.305,62	398.305,62	0,00	0,00	Custeio
TOTAL 2020		6.539.905,24	4.714.658,01	3.000,00	1.822.247,23	

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - UNIÃO - GOVERNO FEDERAL						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2021	883503/2019 - Deputado Baleia Rossi	100.000,00	52.808,00		47.192,00	Aquisição de Equipamentos
2021	883506/2019 - Deputado Arnaldo Jardim	200.000,00	180.836,63	2.000,00	17.163,37	Aquisição de Equipamentos
2021	888548/2019 - Deputado Rodrigo Garcia	400.000,00	305.702,00		94.298,00	Aquisição de Equipamentos
2021	888554/2019 - Deputado Vanderlei Macris	200.000,00	191.793,03	1.000,00	7.206,97	Aquisição de Equipamentos
2021	850926/2017 - Programa Ministério da Saúde	100.000,00	100.000,00		0,00	Aquisição de Equipamentos
2021	898767/2020 - Alexandre Padilha	195.141,00	175.905,00		19.236,00	Aquisição de Equipamentos
2021	904858/2020 - Programa Ministério da Saúde	110.606,00	54.512,00		56.094,00	Aquisição de Equipamentos
2021	905649/2020 - Ennco Misasi	280.000,00	245.234,12		34.765,88	Aquisição de Equipamentos
2021	898766/2020 - Arnaldo Jardim	200.000,00	187.129,65		12.870,35	Aquisição de Equipamentos
2021	Portaria 1398 - Mac - Luiz Carlos Motta	150.000,00	150.000,00		0,00	Custeio
2021	Portaria 1398 - Mac - Baleia Rossi	200.000,00	200.000,00		0,00	Custeio
TOTAL 2021		2.135.747,00	1.843.920,43	3.000,00	288.826,57	

d) Outras Receitas

CONTRATOS/SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS - MINISTÉRIO DO TRABALHO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA						
ANO	Nº DO CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR RECEBIDO	CONTRAPARTIDA	VALOR A RECEBER	OBJETO
2021	Proc nº 0000301-70.2011.5.15.0081 - MPT	469.910,70	469.910,70		0,00	Custeio
2021	Proc nº 0010803-11.2020.5.15.0095 - MPT	12.225,86	12.225,86		0,00	Custeio
2021	Recurso Covid 19 - Ministério da Justiça	80.000,00	80.000,00		0,00	Custeio
TOTAL 2021		562.136,56	562.136,56	0,00	0,00	



OUTRAS RECEITA - CONSOLIDADO		
OUTRAS RECEITAS RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS		
NATUREZA	2021	2020
Receitas Com Aluguéis	1.161.535	1.430.612
Receitas Com Doações	4.714.313	2.126.224
Mensalidade/Anuidade Dos Sócios	11.010	16.410
Receitas Nota Fiscal Paulista	203.141	129.307
Receitas Com Xerox	5.107	5.036
Receitas Taxas	9.196	7.064
Receitas Com Ações Judiciais	128.633	675.733
Receitas com Sucatas	22.847	7.905
Outras Receitas	0	772
Serviços Educacionais	1.862.779	1.579.860
TOTAL OUTRAS RECEITAS	8.118.561	5.978.923

Nota 14 – Atendimentos ao SUS – Sistema Único de Saúde – A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO – mantenedora do Hospital Carlos Fernando Malzoni, em atendimento ao artigo 4º da Lei nº 12.101/2009 revogada pela Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e Lei 12.249/2010, regulamentadas pelo Decreto 7.300/2010 e Portaria MS 1.970/2011, apresentou em 2020 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde), Convênio 213/2016 (processo nº 001.0203.001.250/2016), superior a 60% (sessenta por cento) do total de sua capacidade instalada, sendo que, atingiu o percentual de 85,39% (Oitenta e Nove inteiros e Quarentas décimos por cento).

Fonte de dados: www.datasus.gov.br

CNPJ: 52.314.861/0001-48		CNESS: 20.90.961	
CÁLCULO DO PERCENTUAL CEBAS (EXERCÍCIO DE 2021)	BASE	% ABSOLUTO	% USO
ATUAÇÃO NO ART. 20, § 1º, I DO DECRETO 8.242/2014			
PACIENTES DIA SUS	26.167	70,89%	70,89%
PACIENTES DIA SUS + PACIENTES DIA NÃO SUS	36.914		
ATUAÇÃO NO ART. 20, § 1º, II DO DECRETO 8.242/2014			
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS	262.131	100,00%	10,00%
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS + PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS NÃO SUS	262.131		
ATUAÇÃO NO ART.			
I - atenção obstétrica e neonatal;		1,50%	1,50%
II - atenção oncológica;		1,50%	0,00%
III - atenção às urgências e emergências;		1,50%	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e		1,50%	1,50%
V - hospitais de ensino.		1,50%	0,00%
PERCENTUAL SUS FINAL AO CEBAS			85,39%

Nota 15 – Provisões Contingenciais – A entidade possui em poder de Escritórios de Advocacia, ações judiciais e para contingências delas, constituindo-se provisão em valores estimados de perdas. As ações são classificadas pelos advogados em:

Prováveis - grande probabilidade de perda para a entidade;

Possíveis – as quais os elementos disponíveis não são suficientes ou claros, de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo, não havendo um prognóstico conclusivo; e

Remota - onde é remotamente trará perda a entidade.

AÇÕES REQUERIDAS (RÉU)			
Tipo de Ação	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL 2021
Prováveis	-	-	-
Possíveis	-	125.000	125.000
Remota	-	-	-
TOTAL	-	125.000	125.000

Tipo de Ação	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL 2020
Prováveis	-	438.430	438.430
Possíveis	1.100.000	130.000	1.230.000
Remota	-	-	-
TOTAL	1.100.000	568.430	1.668.430

Nota 16 – Seguros Contratados – A entidade contrata seguros para cobertura de sua frota de veículos, para cobertura de risco profissional médico e cobertura de suas edificações. Os seguros contratados estão abaixo relacionados:

SEGUROS CONTRATADOS CONTROLADORA				
COBERTURAS DE SEGUROS CONTRATADOS				
SEGURO CONTRATADO	Nº DA APÓLICE	FIM DA VIGÊNCIA	SEGURADORA	VALOR DA COBERTURA
VW SPACE FOX TRED 1.6 8V (G2) TOTAL FLEX 4P	531658585193	26/09/2022	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	100% FIPE
VW GOL 1.0 TRENDLINE 8V TOTAL FLEX ANO 2014/2015	531658585193	26/09/2022	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	100% FIPE
VW SAVEIRO 1.6 CITY TOTAL FLEX ANO 2006/2007 - AMBULÂNCIA	531658585193	26/09/2022	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	R\$ 30.000,00
VW SAVEIRO 1.6 TOTAL FLEX (G5) ANO 2010/2011	531658585193	26/09/2022	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	100% FIPE
FIAT DOBLO CARGO 1.8 8V FLEX ANO 2009/2009 2P - AMBULÂNCIA	531658585193	26/09/2022	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	100% FIPE
FORD FIESTA HATCH SE 1.6 16V (FLEX)	531658585193	26/09/2022	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	100% FIPE
RESPONSABILIDADE CIVIL RISCO PROFISSIONAL	1007800009843	13/05/2022	FATOR SEGURADORA S/A	R\$ 700.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.180.047.029	17/01/2022	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 2.000.000,00
COMPREENSIVO EMPRESARIAL	1.180.047.029	17/01/2022	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 30.500.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRADORES		14/01/2021	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 15.000.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL		14/01/2021	CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	R\$ 15.000.000,00

Nota 17 – Conciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido gerado (consumido) nas Atividades Operacionais - Conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 03 – item 20A), apresentamos a conciliação entre o Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado (consumido) nas Atividades Operacionais:

CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS CONSOLIDADO				
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2021	2020	2021	2020
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO				
Depreciação/Amortização/Exaustão	(620.171)	3.069.530	(1.163.741)	2.732.979
Equivalência Patrimonial	2.812.728	2.448.718	2.302.091	2.280.233
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	(538.134)	(272.616)	(538.134)	(272.616)
Provisão para Riscos e Processos Trabalhistas	(636.662)	(1.548)	(636.662)	(1.548)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	20.000	17.815	20.000	17.815
Extra Teto, Ganhos/Perdas no Recebimento	(375.245)	301.793	(15.903)	31.320
Provisões Trabalhistas	(361.314)	527.747	(361.314)	527.747
Subvenções a Realizar/Diferidas	580.450	114.749	580.450	114.749
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	(755.133)	(522.664)	(755.133)	(522.664)
Provisão para Contingências	453.211	(140.297)		
	1.200	12.000		
RESULTADO AJUSTADO	580.931	5.555.226	(568.344)	4.908.014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS				
(Aumento) Redução em Subvenções a Receber	(7.042.561)	(3.931.100)	(7.042.561)	(3.931.100)
(Aumento) Redução em Contas a Receber	218.041	308.552	(8.980)	80.903
(Aumento) Redução em Estoques	183.848	1.181.256	183.848	1.181.256
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	2.919	(3.538)	2.919	49.280
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(321.193)	133.800	(467.718)	203.473
Aumento (Redução) em Fornecedores e Prestadores de Serviços de Saúde	3.271.470	876.450	3.271.470	1.003.380
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	8.715.858	747.983	8.715.858	747.983
Aumento (Redução) em Salários e Encargos	553.609	26.397	378.453	51.119
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	36.435	71.771	36.435	71.771
Aumento (Redução) em Subvenções a Realizar	(3.276.089)	459.580	(3.276.089)	459.580
Aumento (Redução) em Acordos Judiciais	113.613	18.400	113.613	18.400
Aumento (Redução) em Ações Cíveis e Trabalhistas	(438.430)	6.329.497	(438.430)	6.329.497
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	5.128.456	(3.189.887)	3.583.852	(3.121.005)
TOTAL	7.145.975	3.029.163	5.052.669	3.144.538
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS GERADAS (CONSUMIDAS)	7.726.906	8.584.389	4.484.324	8.052.553

Nota 18 - Gratuidades/Voluntariado - De acordo com o art. 13, parágrafo 1º do Estatuto da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO, os Conselheiros, Diretores e Sócios, não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos, em atendimento à Resolução CFC nº 1.409/2012, ITG 2002 (R1) (item 20). Apresentamos a estimativa de custos dos trabalhos voluntários exercidos pelos Diretores e Conselheiros, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro:

Descrição	2021	2020
Conselho de Administração	216.975	184.201
Diretoria Executiva	379.705	322.351

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos - Recursos captados junto a Instituição Financeiras, destinados à capital de giro e Investimentos na Entidade, com garantia pessoal dos Diretores Executivos e Carta de Crédito do Convênio com o SUS, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

Empréstimos e Financiamentos

Instituição Bancária	Moeda	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	Vencimento Final	2021	2020
Sincredi - Contrato - B90235911-6	R\$	0,51% a.m.	100% CDI	2024	-	-
Sincredi - Contrato - B90235994-9	R\$	0,51% a.m.	100% CDI	2024	-	-
Banco Santander - Contrato - B90235994-9	R\$	0,90% a.m.		2023	1.247.633	1.247.983
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24.4282.610.0000004/04	R\$	1,23% a.m.		2032	536.317	

Circulante
1.783.949,38 1.247.982,78

Instituição Bancária	Moeda	Taxa de Juros Fixa	Taxa de Juros Variável	Vencimento Final	2021	2020
Sincredi - Contrato - B90235911-6	R\$	0,51% a.m.	100% CDI	2024		
Sincredi - Contrato - B90235994-9	R\$	0,51% a.m.	100% CDI	2024		
Banco Santander - Contrato - B90235994-9	R\$	0,90% a.m.		2023	6.475.653	7.829.497
Banco Caixa Econômica Federal - Contrato - 24.4282.610.0000004/04	R\$	1,23% a.m.		2032	9.533.736	

Não Circulante
16.009.389 7.829.497
Total Circulante + Não Circulante
17.793.338 9.077.480
Movimentação dos Saldos - Contrato Caixa Econômica Federal
2021 2020

Captação	10.070.053	
Juros Passivos e Outros Encargos	8.382.367	
Juros Ativos e Outros Encargos	(8.382.367)	
Pagamento de Empréstimo Principal	0	

Saldo Final do Contrato Caixa Econômica Federal
10.070.053 0
Movimentação dos Saldos - Contrato Santander
2021 2020

Captação	10.000.000	10.000.000
Juros Passivos e Outros Encargos	3.898.203	3.898.203
Juros Ativos e Outros Encargos	(3.898.203)	(3.898.203)
Pagamento de Empréstimo Principal	(2.276.715)	(922.520)

Saldo Final do Contrato Santander
7.723.285 9.077.480

Nota 20 – Manutenção da Imunidade Tributária - Dos requisitos de imunidade tributária exigidos pelo Código Tributário Nacional, conforme disposto na Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997, em seu Artigo 12.

Lei 9.532/1997

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população

em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 2º *Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:*

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

g) assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Analisando os requisitos para manutenção da condição de Entidade isenta de

Contribuições para a Seguridade Social, destacamos a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, conforme segue:

Lei 12.101/2009

Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

II - Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV - Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V - Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI - Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Destacamos que, mesmo que o Código Tributário Nacional (Lei 9532/1997) e a Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, permitam a remuneração dos dirigentes estatutários conforme citado anteriormente, a Entidade optou por não o fazer, vedando a remuneração de dirigentes a partir de seu Estatuto Social, mais precisamente no art. 13 § 1º que versa sobre a vedação de recebimento de qualquer remuneração pelo exercício dos cargos, conforme disposto a seguir:

Estatuto Social

Artigo 13 – São os seguintes poderes da Sociedade:

- a) Assembleia Geral é o órgão soberano;*
- b) Conselho de Administração;*
- c) Diretoria Executiva;*
- d) Conselho Fiscal;*

Parágrafo 1º - Os Sócios Integrantes dos poderes da Sociedade não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MATÃO atendeu os requisitos necessários para manutenção de sua imunidade tributária prevista no Artigo 12 da Lei 9.532/97 bem como atendeu aos requisitos exigidos pela Lei 12.101/2009 para ser considerada uma Entidade Beneficente de Assistência Social e, portanto, ter a isenção das contribuições para a Seguridade Social.

Nota 21 – Indicadores Financeiros, Endividamento e de Lucratividade - abaixo, apresentamos o quadro com os Indicadores Financeiros, Indicadores de Endividamento e Indicadores de Lucratividade, comparando os exercícios findos de 2021 e 2020:


INDICADORES FINACEIROS, ENDIVIDAMENTO E DE LUCRATIVIDADE - CONSOLIDADO						
ÍNDICES			FÓRMULA	2020 REALIZADO	2021 REALIZADO	Variação %
DE LIQUIDEZ	Capital Circulante Líquido	CCL	AC - PC	12.139.929	11.048.132	-8,99%
	Líquidez Geral	ILG	AC + RLP (PC + PNC)	1,04	0,85	-18,44%
	Líquidez Corrente	ILC	AC PC	1,46	1,37	-6,23%
	Líquidez Imediata	ILI	Disponível PC	0,67	0,74	9,91%
	Líquidez Seca	ILS	AC - Estoques PC	1,78	1,64	-8,00%
DE ENDIVIDAMENTO	Índice de Endividamento sobre o Patrimônio Líquido	IEPL	PC+PNC PL	151,88%	184,30%	21,35%
	Índice de Endividamento Total	IEG	(PC + PNC) AT	60,30%	64,83%	7,51%
DE LUCRATIVIDADE	Taxa de Retorno sobre o Ativo Total	TRA	Superávit AT	3,36%	-1,34%	-139,75%
	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	TRPL	Superávit PL	8,47%	-3,80%	-144,86%

GLOSSÁRIO:

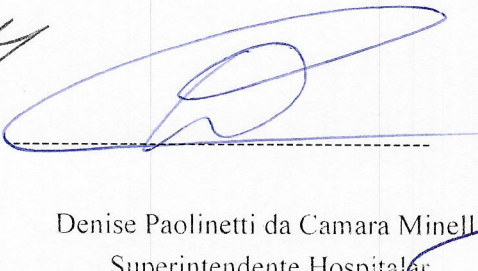
AC	Ativo Circulante	PC	Passivo Circulante
PNC	Passivo Não Circulante	RLP	Realizável a Longo Prazo

Nota 22 – Eventos Subsequentes - A Entidade, até 08 de março de 2021, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

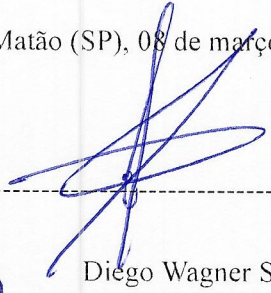
Matão (SP), 08 de março de 2021.



João Carlos Marchesan
Diretor Presidente
Diretoria Executiva



Denise Paolinetti da Camara Minelli
Superintendente Hospitalar



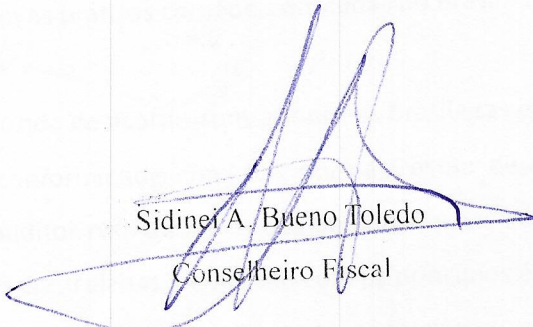
Diego Wagner Santos
Controller/Contador
CRC 1SP262717/O-6

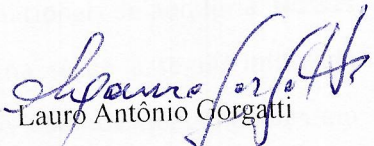
PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
2. Com base nos exames efetuados, os membros do Conselho Fiscal, opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Matão (SP), 08 de março de 2021.


José Valentim Bononi
Conselheiro Fiscal


Sidinei A. Bueno Toledo
Conselheiro Fiscal


Lauro Antônio Gorgatti
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MATÃO

Matão (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MATÃO** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MATÃO** e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 15 de março de 2022.

AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S
CRC 2SP017174/0-6

Luís Eduardo Azevedo

Contador CRC 1SP292909/O-6